A república das bananas e das crianças mimadas

La república de los plátanos y los niños mimados

The banana and the spoiled children republic

Revista Dissertar Nº30 V.1 ANO XIV

DOI: 10.24119/16760867ed114255

Data de submissão: 30-10-2018

Data de aceite: 15-11-2018

por Maria Carolina Rodrigues Freitas¹

Bruno Rezende Ferreira da Silva²

Resumo

O presente trabalho pretende descortinar como a construção de uma república democrática pautada no patrimonialismo e a emergência de um Estado Social na experiência democrática brasileira após a Constituição de 1988 fomentam um processo de crescente judicialização da vida social. Partindo de um paralelo com a obra República das Bananas de William Sydney Porter, traçaremos aspectos da cultura patrimonialista e a República brasileira descrita por Florestan Fernandes. Os governantes da República Velha brasileira, da Nova República e da Novíssima Democracia brasileira, manifestaram uma forte inclinação em tratar a coisa pública e administrar os interesses da sociedade como se fossem seus interesses privados. De outro via, as bases da ordem pública brasileira são construídas numa relação de conjunção entre Governantes e o povo e não do povo como um contrapeso ao Estado, em uma expressão de anomia. Sem uma sociedade civil forte, o patrimonialismo se reproduz e os desmandos dos Governantes não são refreados. *Pari passu* o judiciário, pósconstituição de 1988, com a emergência de direitos sociais, passa a ter a função de garantir o cumprimento daquelas metas de promoção do bem estar social instituídas pelas políticas públicas, realizando uma justiça distributiva. Ao assumir o papel de fiscalizador e garantidor dos direitos estampados na constituição, diante da baixa efetividade

1 Maria Carolina Rodrigues Freitas: Doutoranda pelo PPGD-UNESA - Bolsista CAPES/ProSup, Mestre pelo PPGD-UNESA (2015), Bacharel em Direito pela UNESA (2008) e Bacharel em História pela UFRJ (2004). Professora da Faculdade Internacional Signorelli. Pesquisadora do NECPD - PPGD - UNESA.

2 Doutorando pelo PPGD-UNESA - tendo sido Bolsista CAPES/ProSup, Mestre pelo PPGD-UNESA, tendo sido Bolsista CAPES/ProSup (2017), Bacharel em Direito pela UNIRIO (2010), Especialista em Processo pela UCAM (2012). Professor da UNESA. Pesquisador do NECPD - PPGD - UNESA.

do Executivo em promover o bem estar social, o Judiciário alimenta um incremento na procura pela tutela jurisdicional para suprir uma não prestação estatal, intermediando a relação entre o Estado e um povo que se vê incapaz de alcançar suas pretensões pela via política. Através de uma análise empírico documental da legislação e revisão bibliográfica sobre o tema pudemos constatar que, em consequência deste processo, a judicialização é mais útil para mantença o patrimonialismo e a desarticulação da sociedade civil do que para incrementar a democracia do Brasil.

Palavras-chave: República brasileira, Estado Social, judicialização, sociedade civil.

Abstract

The present work intends to reveal how the construction of a democratic republic based on patrimonialism and the emergence of a Social State in the Brazilian democratic experience after the 1988 Constitution foment a process of increasing judicialization of social life. Starting from a parallel with William Sydney Porter's Republic of Bananas, we will trace aspects of the patrimonial culture and the Brazilian Republic described by Florestan Fernandes. The rulers of the Brazilian Old Republic, the New Republic, and the New Brazilian Democracy expressed a strong inclination to treat public affairs and administer the interests of society as if they were their private interests. On the other hand, the bases of the Brazilian public order are constructed in a relation of conjunction between Rulers and the people and not of the people as a counterweight to the State, in an expression of anomie. Without a strong civil society, patrimonialism reproduces itself and the excesses of the Rulers are not curbed. At the same time the judiciary, after the constitution of 1988, with the emergence of social rights, has the function of ensuring compliance with those goals of promoting social welfare instituted by public policies, performing a distributive justice. In assuming the role of inspector and guarantor of the rights established in the constitution, given the low effectiveness of the Executive in promoting social welfare, the Judiciary fosters an increase in the demand for judicial protection to pay for a non-state provision, mediating the relationship between the State and a people that finds itself unable to reach its pretensions by the political route. Through an empirical documentary analysis of the legislation and a bibliographical revision on the subject, we have been able to verify that, as a consequence of this process, the judicialization is more useful to maintain the patrimonialism and the disarticulation of the civil society than to increase the democracy of Brazil.

Key words Brazilian Republic, Social State, judicialization, civil society.

Resumen

El presente trabajo pretende descortinar cómo la construcción de una

república democrática pautada en el patrimonialismo y la emergencia de un Estado Social en la experiencia democrática brasileña tras la Constitución de 1988 fomentan un proceso de creciente judicialización de la vida social. A partir de un paralelo con la obra República de los plátanos de William Sydney Porter, trazamos aspectos de la cultura patrimonialista y la República brasileña descrita por Florestan Fernandes. Los gobernantes de la República Vieja brasileña, de la Nueva República y de la Novísima Democracia brasileña, manifestaron una fuerte inclinación en tratar la cosa pública y administrar los intereses de la sociedad como si fueran sus intereses privados. De otro lado, las bases del orden público brasileño se construyen en una relación de conjunción entre Gobernantes y el pueblo y no del pueblo como contrapeso al Estado, en expresión de una anomia. Sin una sociedad civil fuerte, el patrimonialismo se reproduce y los desmanes de los Gobernantes no son refrenados. Pari pasó el Judiciario, postconstitución de 1988, con la emergencia de derechos sociales, pasa a tener la función de garantizar el cumplimiento de aquellas metas de promoción del bienestar social instituidas por las políticas públicas, realizando una justicia distributiva. Al asumir el papel de fiscalizador y garante de los derechos estampados en la constitución, ante la baja efectividad del Ejecutivo en promover el bienestar social, el Poder Judicial alimenta un incremento en la demanda por la tutela jurisdiccional para suplir una no prestación estatal, intermediando la relación entre el Estado y un pueblo que se ve incapaz de alcanzar sus pretensiones por la vía política. A través de un análisis empírico documental de la legislación y revisión bibliográfica sobre el tema pudimos constatar que, como consecuencia de este proceso, la judicialización es más útil para mantener el patrimonialismo y la desarticulación de la sociedad civil que para incrementar la democracia de Brasil.

Palabras clave: República brasileña, Estado Social, judicialización, sociedad civil.

Introdução

Já se vai um século desde que o termo República das Bananas passou a ser utilizado para designar os países latino-americanos pseudodemocráticos que ainda viviam uma política econômica de troca colonialista, enfeitados pela corrupção, onde só mudaram as metrópoles e os títulos dos governantes.

Na República das Bananas de William Sydney Porter¹ a pequena República de Anchuria era governada por políticos corruptos que exploravam a população para atender os interesses pessoais e enriquecer com a exploração do latifúndio produtor de bananas por uma empresa internacional. Os políticos de Anchuria buscavam apenas o dinheiro e o prestígio que os cargos públicos lhes rendiam, pouco preocupando-se com a administração da coisa pública e chegaram ao absurdo de criar uma Marinha Nacional de um só barco para reforçar o

discurso de grande República e prover, para os apoiadores do governo, mais um cargo no quadro da administração pública.

E de modo informal, sem preocupações com a moralidade ou com a finalidade de suas políticas, os atos públicos eram realizados e as leis eram decretadas como se fossem decisões sobre qual roupa usar em uma festa, que comida servir em um buffet e onde acomodar os convidados do evento. Uma passagem do conto sobre a criação da Marinha (HENRY, 2008) é particularmente emblemática para caracterizar a República das Bananas de Porter:

Na constituição desta pequena república das bananas marítima, havia uma seção esquecida que previa a manutenção de uma Marinha. Esta disposição, com muitas outras, tinha sabiamente ficado inerte desde o estabelecimento da República. Anchúria não tinha marinha e tinha nenhum uso para uma. (tradução nossa)

Uma dúzia de litros de champanhe em conjunto com uma sessão informal do presidente e seu gabinete levou à criação da Marinha e da nomeação de Felipe Carrera como almirante. (tradução nossa)

A brincadeira foi levada até o fim. Um documento formidável, oficial foi preparado, incrustado com selos cromáticos e envolto com fitas esvoaçantes, com as assinaturas floreadas do Estado. Esta comissão conferia ao Señor Don Felipe Carrera o título de Almirante Bandeira da República da Anchúria. Assim, no espaço de poucos minutos, e sob domínio de uma dúzia de "extra-seco", o país tomou o seu lugar entre as potências navais do mundo, e Felipe Carrera passou a ter direito a uma saudação de dezenove canhões sempre que ele entrasse no porto. (tradução nossa)

Os mais nacionalistas se sentiram profundamente ofendidos com essa designação para o Estado Brasileiro, não podendo uma república de um futuro promissor ser comparada a uma Honduras, El Salvador, Panamá, e outras pequenas democracias latinas que claramente foram a referência do Autor ao escrever o conto.

Ora, sendo uma república democrática que teve como participação popular na sua proclamação os donos de botequins que custearam as festas e os cortejos musicais na comemorações após a destronação², chanfrada por diversos governos autoritários e eminentemente patrimonialista, não há como o Brasil fugir do desonroso título de Porter.

Desde uma definição mais simplória, até aquelas conceituações abstratas provenientes de um refletir filosófico, o conceito democracia possui um elemento constitutivo básico: governo do povo. Parece

que os pais fundadores da nossa República, militares de carreira, consideraram o povo bronco demais para promover o fim da então única monarquia latina. Ao mesmo tempo, para a parte civil do movimento, aos novos governantes proveniente de uma elite metropolitana, o sistema monarquista não lhe convinha mais para os negócios. Assim, num movimento que nos primeiros dias foi chamado de golpista, o Brasil passou de monarquia à república *sui generis*, pois não um governo para o povo, mas um governo para quem dominava a política nacional.

Da herança colonial mantivemos no novo sistema político que raiava em 1889 uma indistinção entre público e o privado pelos governantes. Como bem interpretou Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006, p.27-175), a República Brasileira nasceu com bases liberais, mas pretensões estamentais, pois o Estado foi estruturado para atender aos interesses econômicos e sociais daqueles que estavam no poder.

Neste ponto é preciso deixarmos claro que compreende-se por patrimonialismo um forma de dominação tradicional, nos moldes da definição weberiana (WEBER, 1999), na qual um sujeito público utiliza do seu poder individual oriundo de uma legitimação pautada num costume que lhe reconhece autoridade, permitindo-o impor sua vontade em relações sociais.

O patrimonialismo é uma das diversas dominações pela tradição catalogadas por Weber e se caracteriza por três elementos. O primeiro deles é a formação de uma estrutura administrativa que se subordina ao detentor do poder. Os sujeitos subordinados, por identificarem na relação com o superior uma possibilidade de obter vantagens que só o poder daquele sujeito poderá lhes propor, com suas atuações, aumentam o raio de propagação e administração das vontades do dominador. A segunda característica é de que este quadro administrativo, representando os interesses do sujeito dominador, não diferencia a esfera pública da privada. O que nos leva à terceira característica, a subjetividade e o diletantismo da estrutura administrativa, posto que, ainda que haja uma hierarquização ou burocratização na estrutura administrativa, a nomeação dos funcionários, seu campo de atuação e suas manifestações são, em última instância, reflexos da discricionariedade do detentor do poder e do grau de submissão de seus funcionários.

O governante daquela República Velha brasileira, da Nova República e da Novíssima Democracia brasileira, manifesta uma forte inclinação em tratar a coisa pública e administrar os interesses da sociedade como se fossem seus interesses privados e com baixo profissionalismo, amparando sua legitimação numa tradição e estendendo seu poder por meio de um corpo administrativo recrutado muitas vezes com base em critérios mais pessoais do que técnicos.

Cargos importantíssimos para o desempenho econômico,

jurídico e social do Estado são delegados discricionariamente, ainda que sob a roupagem de uma formalidade, a sujeitos que não são as alternativas mais bem preparada para o exercício da atividade que irão desempenhar, mas sim aqueles de maior confiança de quem nomeia. E isso não é uma realidade de décadas passadas, é um fenômeno muito presente na nossa atualidade. Tal como na República de Anchúria, cria-se uma função sem objetivos práticos para nomear subordinados que precisam ser prestigiados e assim vai se fazendo o jogo político na nossa nouveau democracia.

Seja Esquerda ou Direita, liberais ou marxistas, percepção que o povo tem é de que boa parte dos políticos chegando ao poder aplica a máxima tupiniquim: farinha pouca, meu pirão primeiro. Garantidas suas quotas de necessidades para o bem-estar, restava à elite política garantir às de seus apoiadores, aqueles que diretamente haviam lhe garantido o cargo, pouco se preocupando com os interesse coletivos e suas funções públicas.

Não sem motivo, na tentativa de disciplinar a vida pública e criar a separação necessária entre a vontade privada e o agir público do governante, há uma profusão de leis que tentam moralizar e profissionalizar a administração pública. É lei para licitações, para concurso público, de improbidade administrativa, de responsabilidade fiscal, enfim, um sem fim de dispositivos que tentam mudar um comportamento que é culturalmente estabelecido há séculos.

E ao povo, que quota do Estado lhe cabia? Enquanto os regimes democráticos mais maduros já experimentavam os primeiros sinais de um Estado Providência, na República das Bananas brasileira o povo era massa de manobra eleitoreira e força de trabalho. Durante o período conhecido como República Velha (1889-1930), que se iniciou com o governo de Deodoro da Fonseca e se encerrou com a deposição do presidente Washington Luís, houve vários e expressivos movimentos populares contra o Estado. A Revolta de Canudos (1893-97), a Guerra do Contestado (1912-1916), a Revolta da Vacina (1904), o Movimento tenentista (1922-1924) e a Coluna Prestes (1925-1927) eram expressões do descontentamento da população com a política pública e o patrimonialismo.

O modelo de judiciário no Estado liberal não socorria a estas demandas populares. O judiciário era visto como politicamente omisso às causas populares e cabia a ele tão somente aplicar a lei. Os tribunais ficavam à margem das tensões sociais e a justiça distributiva era questão de política pública e não de direito. E assim sempre que questões de justiça distributiva se tornavam pauta do judiciário este se pautava numa regra de intervenção mínima e na independência dos poderes.

Naquele início do nosso regime republicano grande parte daqueles direitos estampados em nossas primeiras constituições não passavam de miragens para a maioria da população. Aliás, direitos

sociais não eram a grande preocupação do constituinte de 1891. O nosso atual artigo 5º parece colossal perto dos míseros 31 parágrafos da declaração de direitos de 1891. Antes que o descontentamento popular atingisse número suficiente de pessoas para considerá-lo uma ameaça real ao Estado, a elite política tomou novamente o poder de arrombo provocando uma viragem do Estado liberal para o Estado Providência como forma de apaziguar as demandas sociais.

Mais do que alterar as políticas públicas, adotando um tom assistencialista, a emergência de um pretenso Estado Social permitiu um enfraquecimento na incipiente sociedade civil que se organizava e avolumava para fazer frente ao Estado, garantindo com isso uma pacificação para que a mesma elite política continuasse a dominar. Num fenômeno que Roberto da Matta denomina de identificação vertical, a sociedade civil na nossa experiência republicana não estabelece laços sociais horizontais. A forte dominação pela tradição, como já descrevemos, faz com que os subordinados se identifiquem com os dominadores, reproduzindo seus padrões e, indo além, fazendo uso de prestígio e poder do dominante para também estabelecer uma relação de dominação com outros sujeitos que ocupam igual condição social à sua. Assim, não interessa à elite política a que os subordinados identifiquem-se entre si.

Com as políticas assistencialista iniciadas no governo Vargas, os sujeitos subordinados, e agora devemos pensar estes em nível macrossocial, tem suas vidas privadas crescentemente dependentes da atuação estatal. O espírito comunitarista e republicano agoniza diante de um Estado que se apresenta como o grande provedor. Isso avigora ainda mais a dominação, na medida em que legitima a subordinação. Chega-se ao ponto em que, enquanto se tem uma prestação do Estado, pouco importa como o governante administra a vida pública. Como já propagava a campanha de Ademar de Barros: para o povo, o político bom é aquele que “rouba, mas faz”.

E assim as bases da nossa ordem pública são construídas numa relação de conjunção entre Governantes e o povo e não do povo como um contrapeso ao Estado. Sem uma sociedade civil forte, o patrimonialismo se reproduz e os desmandos dos Governantes não são refreados.

A camada social detentora de poder político usa sua função em causa própria, para robustecer seu poder e os laços de subordinação. Na medida em que descortinamos essa realidade, fica evidente que existe uma forte tensão entre a ordem legal criada no nosso Estado, que tem como princípios reitores a isonomia e promoção do desenvolvimento social, e a prática cotidiana da nossa política e das estruturas administrativas.

Ocorre que quando o Estado começa a perder seu fôlego para promover políticas assistencialistas e, *pari passu*, a sociedade demanda mais ações e mais direitos, essa tensão se torna mais evidente. É nesse

ponto que a sociedade civil organizada poderia demandar ou agir eficazmente contra o Estado ou suprimindo suas ausências. Porém, se não tínhamos uma sociedade civil no raio de nossa República, o que se dirá sobre hodiernamente quando a ética do consumo invadiu todas as esferas de nossas vidas e o niilismo chega galopando nas nossas perspectivas de mundo.

Embora a Constituição de 1988 consagre direitos sociais e individuais de primeira grandeza, o Estado não tem dado conta de realizá-los para grande parte dos cidadãos. Como já afirmava Sérgio Buarque de Holanda da década de 30 do século passado, é um fenômeno tipicamente brasileiro fazer Constituições para serem descumpridas e leis para serem violadas (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.153-188). E para que a Constituição não vire um estatuto mofo como a do conto de Porter, a tentativa de compatibilizar as políticas públicas com a lei coube ao judiciário.

Como apontou Ferrajoli (FERRAJOLI, 1999, p 63-80) a política no Estado Social deve promover a realização dos direitos fundamentais. Mas a assunção de novas obrigações pelo Estado não foi acompanhada pela reforma em sua estrutura administrativa e, tampouco, em seus mecanismos do controle político de suas obrigações. Isto acarreta numa encarnação do judiciário como órgão de fiscalização da atuação estatal.

A nova Constituição representou uma ruptura com os padrões de cartas magnas anteriores, e trouxe uma farta oferta de Direitos sociais. Para prover o cidadão de meios para garantia dos seus direitos fundamentais, a Constituição também promoveu o acesso à justiça. Porém o acesso à justiça não foi acompanhado por uma oferta de mecanismos extrajudiciais para promover um diálogo institucional do governo com a sociedade civil. Avultar os direitos e o acesso à justiça, num país em que as políticas públicas ainda são precárias para garantir o bem estar da sociedade, suscita uma corrida ao judiciário para garantir o cumprimento das obrigações positivas estampadas na Constituição.

Ao contrário do judiciário do período Liberal, o judiciário pós-constituição de 1988, com a emergência de direitos sociais, passa a ter a função de garantir o cumprimento daquelas metas de promoção do bem estar social instituídas pelas novas políticas públicas, realizando uma justiça distributiva. Assumindo o papel de fiscalizador e garantidor dos direitos estampados na constituição, diante da baixa efetividade do Executivo em promover o bem estar social, há um considerável incremento na procura pela tutela jurisdicional para suprir uma não prestação estatal.

No início deste século, a emergente crise no sistema de representação em razão da veiculação na imprensa de casos de corrupção envolvendo membros do legislativo e do executivo provocaram o início de uma guinada do judiciário rumo ao combate

da corrupção e aos desvios das funções públicas. Mais do que isso, aumentou-se a frequência da busca ao judiciário para controlar o jogo político entre os poderes e os limites de suas atuações, numa tentativa de moralizar o agir público e encerrar séculos de patrimonialismo.

Quão frequente não se tem a notícia de parlamentares e chefes do governo buscando a tutela judicial para inibir uma proposta de lei, uma nomeação ou atendendo pedidos de comissões parlamentares de inquérito? Em um levantamento elaborado pela Revista Congresso em foco³, sob 73 dos 300 parlamentares que conseguiram se reeleger em 2014, pairam investigações criminais com intervenção do STF.

Nesta década a judicialização atingiu o nível político e mais do que promover e fiscalizar as garantias dos direitos fundamentais do cidadão, o Judiciário se vê incumbido do papel de agente moralizador da política. Num atuar censor o Judiciário vem paulatinamente ingressando em questões políticas, num esforço de transformar a República das Bananas e o patrimonialismo de seus regentes em um Estado Democrático de Direito que preza a coisa pública e o interesse social.

Numa democracia débil como a brasileira, onde direitos civis e políticos ainda não são plenamente garantidos pelo Estado, é contraproducente desestimular um judiciário atuante no resguardo das garantias fundamentais da população (STRECK, 2009, p.119-157). O judiciário se apresenta com um poder eficaz disponível ao cidadão para fazer frente ao descaso do Estado com políticas públicas voltadas para a realização de direito sociais. Quanto mais omissos são os poderes executivo e o legislativo na realização dos direitos fundamentais, maior e mais legítima será a busca pela prestação jurisdicional. Esta busca se justifica na medida em que os tribunais devem garantir a força normativa da constituição.

Neste ponto merece ser apresentada a ressalva realizada pelo professor Lenio Streck na diferenciação entre judicialização e ativismo judicial. A judicialização auxilia a promover a democracia e, como já esclarecido, tem espaço diante da ineficácia da administração pública em efetivar direitos fundamentais. Já o ativismo representa um prejuízo à democracia, pois é a manifestação da tutela judicial através de juízos subjetivos do julgador, um verdadeiro decisionismo que solapa a segurança jurídica e a isonomia.

Todavia, ainda na perspectiva da realidade brasileira, a crítica dos procedimentalistas à judicialização não é sem fundamento e merece repercutir ecos nas nossas políticas públicas e na forma como encaramos os papéis do poder judiciário.

Para os procedimentalistas há dois grandes problemas em erigir o judiciário à bastião do sistema político. O primeiro deles encontra-se no fato de se estar baseando o controle de todo este sistema em agentes que não foram eleitos e, portanto, representantes não democráticos da vontade popular (SANTOS, p.1996). Esta questão foi adequadamente

refutada pelo professor Lenio Streck (STRECK, 2009, p.17-36) ao apontar que dispositivos contramajoritários, como a possibilidade de só alguns decidirem determinadas questões, são essenciais à democracia constitucional por que permitem a regulação do processo político com o fim de preservar os valores máximos estampados na Constituição, independente da vontade geral, e resguarda a manifestação e os direitos das minorias. Do contrário, sem freios, a vontade da maioria pode representar o que Tocqueville chamou de tirania da maioria.

A segunda questão é o enfraquecimento da sociedade civil. Habermas (HABERMAS, 2000) aponta que a expansão do direito, cada vez mais regulando a vida social e privada, e sua densificação com a formulação de normas cada vez mais específicas, põe em risco o autoreferenciamento das demais esferas de experiência, como a comunidade e a família, e proporciona uma crise na integração social. O direito colonizou os demais mundos da vida e emprestou à eles uma regulamentação e valores que lhes eram estranhos. Em sendo assim, os sujeitos passaram a se relacionar como sujeitos de direito e não mais como membro de uma comunidade. Ao mesmo tempo, emanando o Direito do Estado, os valores e liames destas relações sociais passam a depender, em algum grau, da regulamentação estatal, enfraquecendo a independência entre os mundos da vida.

Na definição de Habermas sociedade civil são organizações não estatais que identificam os problemas sociais da esfera privada e os trazem para a esfera pública (HABERMAS, 1997, p.99) e exercendo influência para a formação das políticas públicas. Com a colonização desta esfera pelo Direito e pela Economia, se dissolve o ímpeto associativo e se isolam os atores sociais que passam a ser sujeitos alienados das verdadeiras políticas do Estado e manipuláveis pelo poder político.

O jurista Antoine Garapon também defende esta tese de que a colonização das relações sociais pelo Direito, através da sobrejuridificação, esvazia os ideais e práticas republicanas, levando o indivíduo ao isolamento e a uma cidadania passiva. Coloca-se em prática a definição de Mark Twain para democracia, qual seja, democracia é dar um e receber dez.

No Brasil a elite política tem tradição em desarticular a sociedade civil como forma de manter o poder e sua legitimação. Em sendo assim a judicialização das relações sociais e políticas permite que a elite política perpetue seu poder, mantendo sob o controle de um dos braços estatais a rebelião quanto aos Desserviços da administração pública e seus agentes. Assim se burocratiza, formaliza e limita o poder de confrontação do indivíduo e da sociedade civil em face do Estado.

De certo que as reivindicações por melhores condições de vida ou pelo cumprimento de obrigações positivas por parte do Estado não podem se dar num tom de anarquia. Defender um poder ilimitado às organizações sociais ou à manifestação da vontade individual não

só proporciona levantes populares antidemocráticos como também prejudica a isonomia.

A questão é a inexistência de outros espaços para a reivindicação em face do Estado ou de outros particulares. O nosso sistema político e social não organizou, de forma bem sucedida, espaços institucionais fora do judiciário que permitam a manifestação de demandas variadas, desde um simples descontentamento com um determinado comportamento até uma violação de direitos. Nem todo o desconforto gerado por uma relação social está inserido em categoria jurídicas. Mas com a judicialização, há um enorme esforço em categorizar tudo como direito e todos os pleitos facilmente acabam parando nas portas do judiciário.

Pessoas não buscam mais resolver seus problemas fora do judiciário, seja de brigas entre vizinhos, entre familiares, um simples defeito no produto. Na verdade a grande parte sequer se dá ao trabalho de procurar saber se existe outro meio de resolver seu problema que não seja no judiciário. O próprio Poder Executivo e suas agências reguladoras incentivam a busca à prestação jurisdicional, dando por falido, de partida, a administração pública.

O judiciário se tornou a matriarca superprotetora da nossa sociedade, perdemos o condicionamento para o debate público e privado e, como verdadeiras crianças mimadas, corremos para as barra das saia de nossa mãe para requerer sua proteção aos nossos desejos.

Há uma sensível perda das capacidades comunicativas de todos nós que, aleijados para resolvermos nós mesmos nossos problemas, buscamos a tutela judicial para imbróglios que outrora não seriam nem uma questão de violação de direitos.

De outra via, a busca excessiva ao judiciário para solução de conflitos incrementa o intervencionismo judicial na sociedade e aliena os sujeitos das suas capacidades comunicativas, alimentando um fetichismo legal e judicial.

E como há um excesso de acesso à justiça, questões que não seriam jurídicas foram juridicizadas para que a solução do problema fosse tomada por quem, legitimamente, pode solucionar todas espécie de questão.

Mas as pessoas não querem passar por diversos funcionários, empoderados pela sabedoria dos meandros técnicos de seu órgãos, horas em fila, formulários, telefones, protocolos, documentos. É mais fácil delegar essa tarefa para aquele que é qualificado e instruído para obter a contraprestação estatal que o cidadão deseja: o advogado. Tem muito advogado hoje que atua como despachante com grau de bacharelado, enfrentando toda a burocracia para o cidadão seu cliente, demonstrando toda a expertise técnica para enfrentar a administração pública, mas sem saber sequer redigir uma petição em correto português. Deixe que decida alguém que manda mais que o simplório funcionário da repartição pública, o magistrado!

E como isso se desfaz toda a cadeia de hierarquia e organização que deveria ser pensada e praticada pela administração pública em seus mais diversos braços. Não basta que o judiciário garanta o direito de um cidadão, é preciso que a sociedade cobre mudanças estruturais nas políticas públicas e uma completa revolução nas estruturas dos órgãos estatais. Está na hora de pararmos de pensar que repartições públicas são antros de ócio e burocracia não pragmática, amontados de papel sem finalidade. É preciso cobrar uma profissionalização dos órgão e agentes públicos para que toda a sociedade seja beneficiada. Fomentar a busca individual sem a intervenção da sociedade civil ou de órgãos do Ministério Público é dar legitimidade para que o Estado continue a não fazer nada quanto à sua estrutura e formas de prestação de seus serviços.

Nos concentremos na questão da judicialização das políticas públicas. Há décadas o judiciário verifica uma enxurrada de ações reclamando, a título de ilustrações emblemáticas, medicamentos, vagas de internação e aposentadorias. Embora a resposta judicial seja, em sua maioria, no sentido de prover os pleitos, o que concretamente foi feito pelo Estado para melhorar a prestação destes serviços? A resposta é por nós encontrada diariamente nas páginas dos jornais, qual seja, o Estado fez muito pouco.

O judiciário garante o cumprimento de obrigações positivas para sujeitos isolados, sem repercussão numa melhora efetiva das estruturas da administração pública. Na realidade, não é difícil concluirmos que é desejado pelo Estado que a situação assim se mantenha, pois sua atuação eficaz fica limitada àqueles que buscam a prestação jurisdicional.

É neste ponto que podemos dar razão aos procedimentalistas. Não se sugere aqui que a atuação do judiciário não deva ingressar no debate sobre as obrigações positivas do Estado ou na moralidade de sua atuação. De fato a judicialização das relações entre sujeito e Estado ajudaram a promover a efetivação de parcela dos direitos sócias. Todavia o judiciário não pode ser espaço para demanda das mais diversas querelas, desde brigas entre vizinhos sobre a entrada de um cachorro fedorento em um elevador até filhos demandando indenizações de pais por abandono afetivo. Há que se limitar.

Ademais, ainda como promovedor de transformações sociais, o direito levado à prática pelos Tribunais não deve se limitar a tutelar interesse individuais e não deve ser o único espaço para demandas pela prestação estatal. É preciso que a administração pública seja cobrada da efetividade dos seus sistema público como um todo e não só para atender um indivíduo. Além, é preciso que a sociedade e os agentes fiscalizadores demandem a promoção de processos administrativos mais eficazes e profissionalizados. Ao privilegiar a tutela jurisdicional do indivíduo, o excesso de prestação jurisdicional coroa a omissão sistêmica da administração pública.

Portanto, ainda que um judiciário ativo seja um benefício no caminho de construção da maturidade de nossa democracia, é preciso que nossa sociedade ultrapasse a puberdade e que a administração pública se profissionalize e se moralize. Do contrário, alimentar a ineficiência das estruturas e dos serviços públicos e a exclusividade do meio judicial para a cobrança da prestação estatal, nos manteremos uma República das Bananas e das crianças mimadas.

É neste ponto em que reside o perigo da sobrejuridificação de nossas vidas, quando emprestar tamanha importância ao poder judiciário nos aliena da estrutura administrativa e da capacidade de mudanças reais em todo o sistema e não só em um caso particular. Afinal, que tipo de democracia é essa que só pode ter seus preceitos atendidos quando nos socorremos do judiciário para atender nossas necessidades individuais?

Referências

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.153-188.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.187- 248.

FERRAJOLI, Luigi. Jueces y politica. Derechos y libertades: revista del Instituto Bartolomé de las Casas, Lima, N° 7, ano nº 4, p. 63-80, 1999.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006, p.27-175.

HABERMAS, Jurgen. Tendências da Juridicização. Sociologia: Problemas e Práticas, Lisboa, nº 2, 1987, p. 185-204.

HABERMAS, Jurgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol 2, p.57-121.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000

HENRY, O. The admiral. IN: HENRY, O. Cabbages and kings [e-book]. Salt Lake City, UT: The project gutenber, 2008. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/2777>>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

SANTOS, Boaventura Souza. “Os tribunais na sociedade contemporânea”. Porto: Afrontamento, 1996.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: um

nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p.59-93.

STRECK, Lenio Luiz. Verdade e Consenso. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p.17-36 e p.119-157.

STRECK, Lenio Luiz. O Supremo, o contramajoritarismo e o “Pomo de ouro”. Revista Consultor Jurídico, 12 de julho de 2012. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2012-jul-12/senso-incomum-stf-contramajoritarismo-Pomo-ouro>>.

STRECK, Lenio Luiz. Editorial. Espaço Jurídico Journal of Law. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2014, v. 15, n. 1, p. 7-10, jan./jun. 2014.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p.187-356

1 William Sydney Porter cunhou o termo República da Bananas em seu conto Cabbages and Kings de 1904

2 Vários jornais cariocas noticiavam no dia 16 de novembro de 1889 a proclamação da República como um movimento militar. No Diário do Comércio a reportagem da capa dizia: “A revolução de ontem é filha unicamente das energias e espírito de classe dos militares, e foram os oficiais superiores que, passando-se para a causa democrática, a tornaram vencedora no momento. Os elementos civis foram nulos ou improficuos e só apareceram depois de realizado o movimento, e segundo é de esperar, para ocupar as posições oficiais. É portanto, a classe militar que deve se considerar como único poder existente de fato e do qual depende o êxito ou insucesso da revolução.”

3 Dado estatístico disponível no site <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-bancada-dos-%E2%80%9Csob-suspeita%E2%80%9D/>>